

AGÊNCIAS MULTILATERAIS E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Manoel José Porto Júnior
Giana Lange do Amaral

Resenha do livro:

OLIVEIRA, Ramon de. *Agências multilaterais e a educação profissional brasileira*. Campinas: Editora Alínea, 2006.

O livro de Ramon de Oliveira, recentemente publicado pela editora Alínea, trata da influência das Agências Multilaterais – sobretudo Banco Mundial e CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) – nos rumos das políticas públicas educacionais implementadas no Brasil, bem como, nos demais países da América Latina. O tema é de enorme importância principalmente por dar ênfase aos discursos de combate à pobreza e desigualdades sociais presentes nos documentos dessas agências que, na prática, priorizam a lógica reprodutora do capital com graves efeitos sociais nos países sob sua influência.

O trabalho desenvolvido por Ramon de Oliveira explicita, com notável profundidade e rigor científico, as observações já realizadas por vários pesquisadores que apontam o caráter subserviente da inserção dos países chamados “em desenvolvimento” na economia globalizada, problematizando os receituários e as imposições apresentados para o Brasil pelos representantes do capital internacional.

O autor apresenta o livro em três capítulos. O primeiro, trata da relação da CEPAL com a Educação: seus objetivos e a sua relação com o Brasil, o desenvolvimento econômico, assim como sua proposta educacional. O segundo capítulo, que aborda a respeito do Banco Mundial e a Educação, levanta questões sobre a

atuação do Banco Mundial no combate e mercantilização da pobreza, enfatizando suas propostas educacionais, sobretudo para o ensino profissionalizante.

Dessa forma, o autor parte da descrição de cada instituição – CEPAL e Banco Mundial –, caracterizando suas estratégias de ação mais globais para, então, analisar as políticas propostas, quando não, impostas, para a área da educação. Através da análise dos documentos produzidos tanto pela CEPAL, como pelo Banco Mundial, estabelece aproximações e discrepâncias entre ambos, além de analisar criticamente os resultados obtidos a partir dessas políticas.

No terceiro capítulo, é abordada a influência das agências multilaterais na educação profissional brasileira. O autor apresenta os resultados decorrentes da aplicação das proposições/imposições das agências em questão, incluído o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento – junto às políticas públicas para a Educação Profissional, que resultaram na Reforma advinda com o Decreto 2.208/97, financiada pelo PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional – iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o BID.

A CEPAL e a Educação

A CEPAL foi criada pela ONU em 1948. Possui 41 países membros e 7 associados, tendo como objetivo assessorar os governos da América Latina e do Caribe nas políticas de desenvolvimento social, com vistas a garantir o desenvolvimento econômico com maior equidade social. Para tanto, defende – sobretudo a partir da década de 90 – a idéia de reestruturação dos processos produtivos nos países em desenvolvimento, buscando a competitividade industrial, baseada em estudos do modelo asiático.

Para que isso aconteça, propõe uma *concertación estratégica* que seria a articulação entre o Estado e os principais

atores políticos e sociais, visando ações que alavanquem o progresso tecnológico e, por conseqüência, a competitividade das economias latino-americanas no mercado internacional. Dessa forma, a formação da mão-de-obra ganha papel de destaque, tanto para a referida competitividade industrial, como para a distribuição de renda. O discurso cepalino defende a necessidade do desenvolvimento para que ocorra a diminuição das desigualdades sociais. Mas para que isso ocorra de fato, o Estado deve garantir o apoio à pequena e média empresa, com a formação profissional de seus trabalhadores, bem como, de jovens, de desempregados e de trabalhadores informais urbanos e rurais. A partir de uma melhor educação para a população, somada ao esforço da *concertación nacional* em estimular o desenvolvimento econômico competitivo, diminuiria o número de desempregados, bem como, aumentaria os salários.

O autor desnuda o caráter ideológico de tal discurso, visto que a competitividade do capitalismo globalizado, onde a tecnologia serve à acumulação do capital, tem levado à diminuição dos empregos. Além disso, avalia que o discurso da CEPAL esquiva-se da análise das relações que se estabelecem entre os países periféricos e os países altamente industrializados, que submetem os primeiros à eterna dependência tecnológica, bem como, que as indústrias estrangeiras pagam, na periferia, salários muito mais baixos em comparação com seus países de origem.

Para a educação profissionalizante, a CEPAL propõe a descentralização da gestão, com vistas a uma maior aproximação dos centros formadores com a iniciativa privada, inclusive buscando, com isso, formas de financiamento, através de convênios e venda de serviços. Defende ainda que a iniciativa privada interfira no currículo e avalie o processo de formação dos trabalhadores.

A CEPAL mantém um discurso privatizante para o ensino superior, defendendo que o Estado limite-se à concessão de bolsas para alunos mercedores. Considera importante, também aqui, a relação íntima com a iniciativa privada e a cobrança de

mensalidades, como forma de garantir financiamento. Oliveira aponta a contradição dessa posição privatizante em relação à idéia de equidade defendida pela CEPAL, visto que a concentração de renda é muito grande, sendo inconcebível uma política de bolsas para dar conta de tamanha disparidade.

Para o autor, apesar de ficar claro que a CEPAL defende, em seus documentos, a superação da dualidade entre ensino profissionalizante e ensino propedêutico, fica claro, também, que seus receituários para a educação profissional – não existe uma proposta sistematizada por parte dessa Agência – são de cunho ideológico, baseados na ultrapassada Teoria do Capital Humano, tão largamente desmascarada a partir das transformações que ocorrem nas relações de produção.

O Banco Mundial e a Educação

O Banco Mundial foi criado em 1944, com o objetivo de auxiliar as economias das nações no pós guerra. Seu capital é composto de recursos de mais de 170 países, contudo a presidência e a maioria dos cargos do Banco são ocupados pelos americanos, que, junto com Japão, Alemanha, França e Reino Unido, detêm pouco mais de 37% do capital votante. Possui grande vinculação com o FMI – Fundo Monetário Internacional – o que torna suas proposições praticamente imposições para os países endividados que buscam seus recursos.

Segundo Oliveira, durante a guerra fria – clima de tensão bélica entre o bloco capitalista e o bloco socialista, formados no pós-2ª Guerra – o Banco Mundial inseriu-se nas economias do terceiro mundo para, a partir de um discurso desenvolvimentista, conter as tensões sociais que poderiam levar ao comunismo. Com o aprofundamento da crise social, novos discursos ideológicos foram desenvolvidos – globalização da economia, tecnologicização e competitividade internacional – com vistas a justificar as desigualdades internas e entre as nações.

Assim, aumentaram os recursos disponibilizados para as áreas sociais e a educação passou a ser tratada como remédio para a pobreza. Tais ações visam garantir, mesmo com as graves conseqüências sociais, o processo de reprodução do capital e representam uma reedição da ideológica Teoria do Capital Humano.

O receituário proposto/imposto pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, baseado no consenso de Washington, previa a diminuição do Estado, através: da redução dos gastos públicos, da privatização de empresas e de serviços públicos e da abertura para o capital estrangeiro.

Os documentos do Banco Mundial analisados por Oliveira – o autor optou pelos documentos produzidos entre 1990 e 1997 – apontam para uma maior participação da iniciativa privada nas áreas de educação e saúde, devido às carências financeiras dos países em desenvolvimento. Isso permitiria o investimento do Estado nos setores mais empobrecidos da população. Além disso, a partir de pesquisas pontuais desenvolvidas por técnicos vinculados àquela instituição, tais documentos salientam a melhor qualidade da educação privada em relação àquela prestada pelo poder público, pelo comprometimento e cobrança que o pagamento gera. Tais pesquisas desconideram aspectos como renda familiar e acesso à informação diferenciados que interferem na diferença de rendimento dos alunos.

Para Oliveira, o Banco Mundial, baseando-se nos ideais de competitividade e eficiência, sintetiza a problemática educacional em questões meramente gerencias, desconectando-a de fatores políticos e sociais determinantes da própria impossibilidade de o sistema educacional atender, com maior igualdade, aos vários setores da sociedade.

A partir da década de 90 verifica-se um deslocamento dos recursos disponibilizados pelo Banco Mundial da educação profissionalizante para a educação fundamental. Defende, também, a privatização tanto do ensino superior, como de parte do ensino secundário. Com a defesa da descentralização da gestão

educacional, tal instituição pretende a retirada da responsabilidade de financiamento estatal da educação.

Na lógica de melhorar a eficiência escolar com menores custos, o Banco Mundial incentiva a distribuição de livros didáticos em detrimento da formação dos professores e da assistência estudantil. O autor demonstra os vários equívocos dessa opção, inclusive no que tange ao desperdício de dinheiro público devido às formas de escolha de tais livros.

O Banco Mundial admite a importância da educação profissionalizante como instrumento de readequação da economia das nações em desenvolvimento frente às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho. Defende um modelo flexível, desvinculado da educação regular e preponderantemente privado, visto que as escolas públicas não conseguiriam a recolocação dos trabalhadores no mercado devido à rigidez de suas estruturas. Portanto, suas proposições/imposições defendem a diminuição do período de formação dos cursos; sua modularização, que permitiria saídas intermediárias e conseqüentemente um retorno mais rápido do trabalhador desempregado para o mercado; maior vinculação curricular com as necessidades imediatas no mercado e a educação profissional complementar e separada da educação regular.

Quanto ao financiamento, defende a cobrança de taxas, bem como a venda de serviços pelas instituições formadoras, como forma de subsidiar a formação dos alunos carentes.

O autor aponta, através de números do próprio Banco Mundial, como a adoção de tal receituário tem contribuído para o agravamento da crise social e econômica nos países da América Latina e no Brasil. Além disso, critica as proposições homogeneizantes, que desconsideram as situações específicas dos países, e que levaram à destruição de experiências exitosas, como a da rede federal de escolas técnicas, agrotécnicas e centros federais de educação tecnológica.

A Influência das Agências Multilaterais na Educação Profissional Brasileira

Nesse terceiro e último capítulo, Ramon de Oliveira demonstra como a Reforma da Educação Profissional realizada através do Decreto 2.208, bem como as ações do Ministério da educação e do Ministério do Trabalho e Emprego do governo Fernando Henrique Cardoso, buscaram atender aos ditames do Banco Mundial, da CEPAL e do BID, este último bastante atuante nesse processo.

Dessa forma, a descentralização administrativa, a desvinculação da educação profissionalizante da educação regular, a diminuição da duração dos cursos e sua modularização, uma maior participação da iniciativa privada na definição curricular e na avaliação da formação profissional e o aumento de vagas no ensino privado, mesmo que por justificativas diferenciadas – existem várias contradições entre o discurso cepalino e o do Banco Mundial – atenderam às proposições/imposições destas agências.

Finalizando, pode-se afirmar que o livro de Ramon de Oliveira traz uma importante contribuição para os pesquisadores que buscam analisar a natureza das transformações nas políticas públicas para a educação brasileira. Permite desnudar os aspectos ideológicos, de mascaramento da realidade, presente nos discursos assumidos por governantes submissos aos interesses do grande capital, que utiliza-se das agências financiadoras e de assessoramento para garantir a continuidade do processo de acumulação de capital, apesar das crises sociais crescentes provocadas pelo mesmo.

No entanto, considero que exista uma única lacuna, justificada pela opção expressa pelo autor de trabalhar com os textos anteriores à reforma da educação profissional de 1997, que seria a análise do Decreto 5.154/04, que é citado na obra. Alguns autores como Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), classificam-no como um empate e único passo possível devido à correlação de forças que existe na sociedade

brasileira. Já os movimentos sociais ligados ao Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública apontam que a timidez reflete a manutenção da submissão aos ditames e aos acordos existentes com o BID.

Por fim, esta obra possibilita, pelo resgate histórico e riqueza de análise que apresenta, uma melhoria qualitativa do debate sobre as políticas públicas para a educação profissional frente às profundas transformações que ocorrem nos processos produtivos.

Obra Citada:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005, p. 21- 56.

Manoel José Porto Júnior, professor do CEFET/RS.

Giana Lange do Amaral, professora da UFPel.

Recebido em: 10/04/2007

Aceito em: 20/07/2007